

Rotas e esfarrapadas: a precariedade da vida militar na Capitania de Moçambique e Rios de Sena no século XVIII¹

Ana Paula Wagner*¹

pp. 21-36

Rotas e esfarrapadas, foi assim que em 1786 o governador-geral da capitania de Moçambique e Rios de Sena, António Manuel de Melo e Castro, descreveu as fardas dos soldados que estavam em serviço naquele território. A situação achava-se daquela maneira porque, segundo o próprio governador, havia quatro anos que não chegava um novo carregamento de material para suprir as necessidades de novos fardamentos².

Na década de 1760, outro governador, João Pereira da Silva Barba, também se queixou ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos informando que precisou encontrar meios para *acudir a desnudez* das tropas. Para resolver esta situação, mandou dar anualmente a cada soldado *um chapéu, duas camisas, duas gravatas, dois pares de meias e dois pares de sapatos*. Porém, ele justificava aos seus superiores que as aquisições daqueles gêneros eram *caríssimos neste país* e que se os produtos viessem do reino, como era de costume, diminuir-se-iam as despesas da Fazenda Real. Na mesma correspondência, João Pereira da Silva Barba reiterou o pedido de 420 fardas inteiras (além das peças mencionadas anteriormente, estariam incluídas a *casaca* e a *véstia*³) para o Regimento da Praça de Moçambique e mais 200 fardas inteiras para as companhias instaladas nos demais portos e guarnições da capitania. Além disso, o governador também solicitava equipamentos para a defesa do território, como armas de fogo, munições e alguns tipos de espadas.⁴

Na documentação administrativa referente à capitania de Moçambique e Rios de Sena, produzida no século XVIII, nota-se que queixas como as acima mencionadas eram constantemente enviadas ao reino, para que fossem tomadas providências quanto às necessidades materiais dos militares que atuavam naquele território. Como teremos a oportunidade de abordar, o dia-a-dia daqueles homens era envolto em precariedades, com a falta de fardas e armamento, fragilidade de alimentação e condições de saúde. Esses elementos, alguns deles estruturantes da prática militar, nos possibilitam problematizar as particularidades

* Universidade Estadual do Centro-Oeste (Paraná/Brasil). anapwagner@gmail.com

¹ Este artigo é resultado pesquisa de pós-doutoramento, realizado junto ao Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e sob supervisão da Dra. Eugénia Rodrigues, durante o ano de 2017.

² AHU, Moçambique, cx. 52, doc. 08. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena Antonio Manuel de Melo e Castro para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro*, de 14 de agosto de 1786.

³ Peça do vestuário usada por baixo da casaca.

⁴ AHU, Moçambique, cx. 24, doc. 64. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena João Pereira da Silva Barba para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Francisco Xavier de Mendonça Furtado*, de 13 de Agosto de 1764.

do cotidiano dos homens que iriam atuar na defesa do território em questão. Em certa medida, a análise dessa dimensão material nos permite entender os significados que aqueles objetos (fardas, armas, alimentação, etc.) tinham para a constituição e manutenção da tropa instalada na África Oriental Portuguesa. Da mesma forma, auxiliam na compreensão das dinâmicas locais, as quais muitas vezes condicionavam e impunham obstáculos às ações da Coroa lusa no gerenciamento dos territórios que integravam o Império Português.⁵ Note-se que as queixas procedentes das autoridades instaladas na capitania não significavam, necessariamente, um total descaso por parte da Coroa para com os cuidados com a tropa. Em documento expedido em 1761, o governador-geral recebeu um conjunto de orientações relativas aos diferentes segmentos da prática governativa: aspectos financeiros, política comercial e religiosa, criação de vilas, administração da justiça, cuidado com os portos e o hospital etc. Dos elementos constantes na *Instrução* de 1761, gostaríamos de destacar aquelas partes referentes à presença e atuação das forças militares na capitania.⁶ O governador deveria se preocupar em estabelecer na capitania a *segurança contra os de fora e a tranquilidade pública* dos habitantes. Na ótica da Coroa portuguesa isso seria possível com a constituição de um *Corpo de Tropas*, mantido sempre *em boa ordem e em regular disciplina*. Para haver a almejada disciplina, era preciso atenção ao pagamento dos soldos, *de que depende a subsistência das tropas*. No mesmo sentido, era necessário cuidar do fornecimento dos alimentos, particularmente de arroz, considerado o *pão de munição daquelas terras*. Outro ponto que exigiria a atenção do governador dizia respeito às fardas. Na *Instrução*, consta a advertência que *sucedendo virem estrangeiros ao porto de Moçambique, achem sempre as tropas fardadas e municadas, em forma que lhe façam respeito*.⁷ Por fim, após a observação de que parte dos homens das tropas e dos moradores da capitania eram indivíduos considerados *homens vadios e facinorosos, que por crimes vão degredados* do reino, o governador de Moçambique e Rios de Sena deveria ficar atento para que houvesse uma *disciplina exata e severa, e um castigo pronto*, quando fosse necessário. *Para conter os maus e preservar os bons*, era imperativo que as punições fossem aplicadas com rigor.⁸

As recomendações enviadas ao governador-geral mostram alguns aspectos que eram relevantes em se tratando da presença das forças militares na capitania de Moçambique e Rios de Sena: as tropas deveriam ser disciplinadas, estar fardadas, com pagamento do soldo e a entrega da alimentação em dia, podendo assim, garantir a segurança e a tranquilidade pública. Todavia, como abordaremos a seguir, a correspondência administrativa trocada entre as diferentes autoridades instaladas na África Oriental, assim como aquela dirigida ao reino, e deste para Moçambique, revela um quadro de precariedade material que envolvia a falta de fardas e armas, uma alimentação exígua, ocorrência de deserções e falta de disciplina. Esse quadro geral, das circunstâncias de vida desses indivíduos naquele território ultramarino, oferece elementos para entender de que maneira eles puderam, ou não, dar suas contribuições para a sustentação da presença portuguesa naquela localidade.

⁵ A noção de Império Português possibilita ao historiador realizar um estudo local, mas não perdendo de vista o contexto mais amplo no qual a realidade social em foco estava inserida. Ver Wagner, 2009.

⁶ Até 1752, a capitania de Moçambique e Rios de Sena esteve subordinada administrativamente ao Estado da Índia, com sede em Goa. Apenas no ano de 1761 é que foi expedido um conjunto de orientações para o governo da nova capitania geral. Essas disposições passariam a ser observadas em 1763, com a chegada do governador-geral João Pereira da Silva Barba.

⁷ AHU, Moçambique, cx. 19, doc. 63-A. *Cópia da Instrução dada a Calisto Rangel Pereira de Sá, que vai por governador e capitão general da Praça de Moçambique, Rios de Sena e Sofala*, de 7 de maio de 1761.

⁸ Idem.

Vida material e as implicações no cotidiano militar

1. Fardas

Independentemente de qual fosse o governador-geral, ao se fazer a leitura da documentação produzida por estes indivíduos, nota-se uma frequência de queixas sobre a falta de fardas. Durante o governo de Pedro Saldanha de Albuquerque (1758-1763), a temática do fardamento para a tropa apareceu nas cartas remetidas ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. Em dezembro de 1758, ele escrevia, entre outras necessidades, sobre a falta de fardas e de caixas de guerra.⁹

Embora em março de 1760 conste um ofício acusando o recebimento de fardas e *material de guerra* destinados a Moçambique (260 fardas completas e 520 camisas),¹⁰ em agosto daquele ano o governador-geral continuava informando o reino que não chegou nenhum daqueles itens na capitania, com exceção da pólvora.¹¹ Em agosto de 1761, o governador comunicou que havia aportado na praça de Moçambique a embarcação São Miguel (vinda de Goa), e que finalmente recebera um carregamento com *fardas, pólvora e velório*.¹² Porém, como decorriam 6 anos que as fardas não chegavam, a quantidade recebida já se fazia insuficiente, resultando em um novo pedido na mesma correspondência.¹³ Em março de 1762, pela galera São Tomé (também vinda de Goa), o governador Pedro Saldanha de Albuquerque acusava o recebimento de *172 barricas de velório e 6 caixotes de fardamento*. Entretanto, pressupomos que a quantidade recebida ainda não amenizava a precariedade vivida com as roupas, porque ele escreveu que a mercadoria recebida *não chegou para fardar estas tropas*.¹⁴

O governador-geral que sucedeu a Pedro Saldanha de Albuquerque foi João Pereira da Silva Barba (1763-1765). Ele assumiu o governo da capitania munido das *Instruções de 1761*, já mencionadas. Em 1763, buscando cumprir com suas atribuições, o governador escreveu para o reino e informou que encontrou o território em desacordo com o que diziam alguns trechos da *Instrução*. A principal questão era a falta de fardamento. Como ele era um recém-chegado e ainda não estava familiarizado com a dinâmica da capitania, ele observou que era necessária a vinda de uniformes *todos os anos, conforme se pratica nesse reino pelo Regimento da Junta dos Três Estados*.¹⁵ Ele dizia enviar uma relação do número de homens e pedia uma atenção especial para a quantidade de *casaca, vestia, calção, meias, sapatos*,

⁹ AHU, Moçambique, cx. 15, doc. 63. *Carta do governador e capitão general de Moçambique Pedro Saldanha de Albuquerque ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Tomás Joaquim da Costa Corte Real*, de 30 de dezembro de 1758.

¹⁰ AHU, Moçambique, cx. 17, doc. 47. *Recibo das fardas e material de guerra entregues a José Quaresma, com destino a Moçambique*, de 14 de março de 1760.

¹¹ AHU, Moçambique, cx. 18, doc. 34. *Carta do governador e capitão general de Moçambique Pedro Saldanha de Albuquerque ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Francisco Xavier de Mendonça Furtado*, de 9 de agosto de 1760; cx. 18, doc. 49. *Carta do governador e capitão general de Moçambique Pedro Saldanha de Albuquerque ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos*, de 11 de agosto de 1760.

¹² Velórios, ou avelórios, eram contas de vidro, miçangas, utilizadas como uma das moedas de negociação na África Oriental Portuguesa.

¹³ AHU, Moçambique, cx. 20, doc. 41. *Carta do governador e capitão general de Moçambique Pedro Saldanha de Albuquerque ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos*, de 16 de agosto de 1761.

¹⁴ AHU, Moçambique, cx. 22, doc. 55. *Carta do governador e capitão general de Moçambique Pedro Saldanha de Albuquerque, sobre as mercadorias trazidas de Goa pela galera São Tomé*, de 22 de novembro de 1762.

¹⁵ A Junta dos Três Estados, em linhas gerais, era um órgão da administração central portuguesa (criado em 1643) responsável pela administração das verbas utilizadas para custear as despesas militares, como pagamento do soldo aos militares, manutenção de alimentos, fornecimento de fardamentos, de munições e armamento, na construção e manutenção de fortificações e quartéis militares, entre outras.

*chapéu, gravata e camisa, para assim se carregar aos soldados, e que tudo isso fosse expedido na primeira monção.*¹⁶

No ano seguinte, já notamos sinais de que o governador João Pereira da Silva Barba começava a compreender que alguns assuntos relativos ao gerenciamento da capitania não eram prontamente atendidos pela Coroa. Como referido na introdução, foi dele o comentário de que precisou encontrar meios para *acudir a desnudez* das tropas e que comprou peças do vestuário diretamente no território.

Um outro ponto diretamente ligado à questão do vestuário da tropa, refere-se aos tecidos utilizados na confecção dos uniformes. Baltazar Pereira do Lago (1765-1779), o governador-geral responsável pela administração da capitania após João Pereira da Silva Barba, em uma correspondência endereçada ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, explicava sobre algumas mudanças no tipo de material empregado na confecção de algumas peças das fardas dos militares. Ele dizia que era preferível o uso de *pano de linho*, ao invés do algodão, para a fabricação das véstias e dos calções brancos dos soldados. Os motivos para a alteração do tecido eram justificados por razões econômicas (o linho ser mais barato e era conhecido por sua maior durabilidade e resistência, em relação ao algodão) e climáticas (era um tecido mais apropriado para vestuários utilizados em locais quentes).¹⁷

Antônio Manuel de Melo e Castro, o governador que escreveu que as fardas dos soldados encontravam-se *rotas e esfarrapadas* em 1786, também fez referência às escolhas de tecidos para a elaboração dos uniformes da tropa da capitania. Para contornar a falta de fardas durante um período de quatro anos, Melo e Castro mandou fazer as *casacas de zuartes*¹⁸ e *fornadas de chiri encarnado*, e as *véstias e calções de canequim*¹⁹ branco. Ele explicava que zuarte era um tecido de algodão que *dura pouco, e não pode chegar a seis meses*. Mas justificou que o escolheu *pela sua barateza*, devido à falta dos uniformes vindos do reino. Todavia, ele foi enfático ao afirmar que era necessário *mandar algum pano, principalmente azul, com os mais aviamentos precisos para as casacas*. Assim, nota-se o uso do zuarte apenas numa situação emergencial, havendo preferência por determinados tecidos para a elaboração das casacas. Já os panos para as véstias e os calções, o governador utilizaria mesmo o canequim, *ou outra fazenda branca de pouco custo*, na medida que compreendia que o uso da lã se *faz[ia] insuportável nestes países tão quentes*.²⁰

A razão pela qual esses governadores justificavam para Lisboa a escolha de determinados tipos de tecidos deve-se ao Alvará publicado no reino em 1764 que trazia algumas regulamentações sobre os fardamentos dos Regimentos da Infantaria, Artilharia e Marinha (Alvará de 1764, 1789: 317-324). Embora aquela não tivesse sido a primeira tentativa nessa direção,²¹ foi a partir de meados do setecentos que se notou uma ação mais efetiva no sentido de normatização dos fardamentos da tropa, levada a termo pelo Conde de Lippe.²²

¹⁶ AHU, Moçambique, cx. 23, doc. 58. *Carta do governador e capitão general de Moçambique João Pereira da Silva Barba, sobre a situação geral da capitania*, de 20 de julho de 1763.

¹⁷ AHU, Moçambique, cx. 27, doc. 86. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena Baltazar Pereira do Lago para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos*, de 17 de Agosto de 1767.

¹⁸ Zuarte é descrito como um tecido de algodão, rústico, com fios brancos e azuis mesclados. Ver Costa, 2004: 137-161.

¹⁹ Canequim é descrito como um tecido branco, de algodão e de origem indiana. Ver Costa, 2004: 137-161.

²⁰ AHU, Moçambique, cx. 52, doc. 8. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena Antonio Manuel de Melo e Castro para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro*, de 14 de Agosto de 1786.

²¹ Conforme Alexandre Morais, em 1661 o Conde Schomberg foi encarregado de uma importante tarefa de reorganização das tropas portuguesas, colocando em prática as primeiras tentativas de vestir os corpos do Exército, na altura denominados 'terços', de forma uniforme (Morais, 1991: 171).

²² Frederico Guilherme Ernesto, Conde Wilhelm von Schaumbourg-Lippe, teve o posto de *marechal-general* e o cargo de *comandante-em-chefe de todas as tropas nacionais e aliadas* de Portugal. De acordo com Rui Bebianno, a ação de Conde de Lippe *incidiu principalmente na reestruturação orgânica da instituição militar, na preparação dos combatentes e, à maneira prussiana, num insistente reforço disciplinar* (Bebiano, 2004: 133-134).

Com o *Alvará* de 1764, procurou-se uma espécie de padronização de chapéus, casacas, calções e véstias, botões, gravatas, meias, polainas, sapatos, pentes e fitas para atar o cabelo, porém com particularidades para distinguir os regimentos de Infantaria, Marinha e Artilharia. De acordo com o *Alvará*, *todos os uniformes serão inalteravelmente talhados e feitos na conformidade do que foi estabelecido (...) e as suas quantidades, qualidades, medidas, cores e divisas*, estariam especificadas no chamado *Livro Iluminado* (*Alvará* de 1764, 1789: 318).²³ No *Alvará* também havia a diretriz de que os comandantes dos regimentos não poderiam fazer qualquer tipo de alteração de medidas, cores e divisas dos uniformes, sob a pena de perderem os seus postos. Nesse sentido, compreendemos porque os governadores da capitania de Moçambique e Rios de Sena estavam tão preocupados em justificar para a Coroa porque fizeram determinadas mudanças no fardamento das tropas. De acordo com o *Alvará* de 1764, as fardas do exército seriam da cor azul e as da marinha na cor verde. Para a África Oriental Portuguesa, só encontramos registro de pedido de tecido azul após a década de 1780.²⁴ Antes disso, quando constava alguma referência à tonalidade dos panos, existia a indicação da cor verde²⁵ para a elaboração das casacas.²⁶ Baseados nos casos pontuados acima, depreendemos que, embora na segunda metade do século XVIII pudesse existir a tentativa de uma padronização dos uniformes dos militares, era preciso ter em consideração outros fatores para a confecção e uso das fardas, como os aspetos econômicos (preços dos tecidos e aviamentos, a existência de alfaiates etc.), aspectos relativos à dinâmica administrativa do próprio Império Português (como a chegada dos navios vindos do reino com o fardamento), além da logística de pensar conveniência dos tecidos em relação às especificidades climáticas de cada território. A documentação consultada não permite um cálculo exato sobre a quantidade de peças de vestuário a serem entregues aos militares sediados na capitania de Moçambique e Rios de Sena. Todavia, pode-se considerar que o seu enxoval era composto de *uma peça de casaca, uma de vestia, um chapéu, duas camisas, duas gravatas, dois pares de meias, e dois pares de sapatos*.²⁷ No documento que o governador-geral João Pereira da Silva Barba encaminhou para o reino em 1764, já mencionado neste artigo, constava a informação do pedido de 420 fardas inteiras (compostas pelos itens e quantidades acima identificados) para o Regimento da ilha de Moçambique.²⁸ De acordo com o Mapa do Regimento de Moçambique, datado daquele mesmo ano, havia um total de 426 indivíduos (entre capitães, tenentes, alferes, sargentos, tambores e soldados).²⁹ Ou seja, temos, aproximadamente, um conjunto de *farda inteira* para cada militar.

²³ De acordo com o *Alvará* de 1764, haveria um exemplar deste livro, com todas as informações sobre as fardas junto com o rei, outro exemplar no Arsenal Real (em Lisboa), mais dois nos Armazéns Provinciais (em Estremoz e no Porto), e outros exemplares nas mãos dos respetivos coronéis (uma cópia autenticada).

²⁴ AHU, Moçambique, cx. 52, doc. 8. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena Antonio Manuel de Melo e Castro para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro*, de 14 de Agosto de 1786.

²⁵ AHU, Moçambique, cx. 17, doc. 47. *Recibo das fardas e material de guerra entregues a José Quaresma, com destino a Moçambique*, de 14 de março de 1760; AHU, Moçambique, cx. 24, doc. 64. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena João Pereira da Silva Barba para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Francisco Xavier de Mendonça Furtado*, de 13 de Agosto de 1764.

²⁶ Curiosamente, o Tenente-coronel da Praça de Moçambique, Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos, que estava incumbido de levar para a África Oriental a reforma do exército empreendida pelo Conde de Lippe (a partir de 1763), pede, no ano de 1779, fardamento de pano verde. Ver: AHU, Moçambique, cx. 32, doc. 91. *Carta do tenente-coronel Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos, sobre os aspectos militares*, de 26 de Agosto de 1779.

²⁷ AHU, Moçambique, cx. 24, doc. 64. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena João Pereira da Silva Barba para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Francisco Xavier de Mendonça Furtado*, de 13 de Agosto de 1764.

²⁸ Idem.

²⁹ AHU, Moçambique, cx. 24, doc. 65. *Carta do Comandante do Regimento de Moçambique Francisco Ambrósio Roncalli para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Francisco Xavier de Mendonça Furtado*, de 24 de Agosto de 1764.

De certa maneira, foram vários os fatores que concorriam para que as fardas estivessem *rotas e esfarrapadas*. Conforme já assinalamos, a capitania chegou a ficar até 6 anos³⁰ sem a chegada de navios com carregamentos de fardas. O uso de determinados tipos de tecidos com pouca durabilidade, como o zuarte, também contribuíram para essa situação. Ao mesmo tempo, deve-se levar em conta o próprio desgaste que a ação do clima provocava nos uniformes, estando os soldados abaixo de sol ou de chuva. Possivelmente tudo isso concorreu para a fragilidade das roupas e desencadeou algum tipo de consequência no dia a dia daqueles que atuavam na defesa da capitania de Moçambique e Rios de Sena.

Um outro aspeto diretamente relacionado às questões que estamos discutindo é pensar a importância da farda no cotidiano militar. O *Alvará* de 1764 assinala que, para a *conservação e decência* das tropas os fardamentos delas se achem prontos nos seus devidos tempo; de sorte que não falem, às mesmas Tropas nem a comodidade nem o asseio, que constituem uma tão importante parte da Disciplina Militar (Alvará de 1764, 1789: 317). Ou seja, além de vestir (proteger o corpo), a farda tinha múltiplas finalidades no cotidiano militar, todas entrelaçadas. Ela diferenciava aqueles pertencentes à instituição militar do restante da sociedade, solidificando o espírito de corpo, de pertencimento. No campo de batalha, por exemplo, distinguia as tropas de um exército e os seus inimigos. Portanto, de uma maneira geral, pode-se dizer que eram um *senal externo* (Coelho, 2009: 10) que auxiliava na organização e na disciplina da estrutura militar e, junto com outros elementos, possibilitaria atingir melhor eficácia e desempenho.³¹

Concomitantemente, a farda, assim como as armas e outros equipamentos, contribuíram para um processo que Sérgio A. V. Coelho chamou de *modelagem do corpo, de gestos e de atitude* (Coelho, 2009: 14), importante na formação do militar e na criação de códigos de comportamentos.³² Rui Bebiano fala de um movimento de *metamorfose, de sujeição absoluta do indivíduo, do seu corpo*, para transformar um homem em soldado; uma ação que estaria em pleno desenvolvimento no século XVIII, em que o militar deveria estar disponível ao serviço das estruturas de comando da sociedade e do Estado, de uma maneira coesa e uniforme (Bebiano, 2004: 145-147).

Nesse quadro de sujeição, as transformações também passavam pelos cuidados com o aspecto e o asseio do corpo.³³ Para atingir esses objetivos, todos os detalhes eram importantes, como ter pentes para cuidados dos cabelos dos soldados. O *Alvará* de 1764, além de fazer menção ao vestuário, chapéus, sapatos, meias e gravatas, também determinou que cada militar deveria receber um *pente de madeira, que vulgarmente se chama Tartaruga do Além-Tejo*, com a especificação de formato de cinco oitavos de palmo de comprimento e três oitavos de palmo de largo, o qual tinha uma dupla finalidade: *de uma parte para limpar a cabeça, e de outra parte para concertar o cabelo* (Alvará de 1764, 1789: 321). Ou seja, denota uma preocupação tanto em termos de higiene quanto de estética.

Os cuidados com a higiene e com a apresentação dos militares já haviam sido alvo de atenção e reflexão em décadas anteriores. Bento Gomes Coelho, na obra *Milicia pratica e manejo de infantaria*, publicada em 1740, anotou a diretriz de que o sargento-mor *cuidará da*

³⁰ AHU, Moçambique, cx. 20, doc. 41. *Carta do governador e capitão general de Moçambique Pedro Saldanha de Albuquerque ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos*, de 16 de agosto de 1761.

³¹ Em 1787, no *Tratado de tática dirigida a instruir os oficiais novos e cadetes*, Luiz de Oliveira da Costa Almeida Osório escreveu que *uniformidade é o princípio e causa de todos os efeitos militares, e que quem vê a tropa vestida regularmente faz logo um alto conceito da sua disciplina* (Apud: Bebiano, 2004: 150).

³² Ainda segundo Coelho, o *objetivo fulcral da uniformização deixa de ser unicamente o reconhecimento das tropas no terreno e passa a ter um papel formativo no desempenho e na combatividade das unidades militares*. Sobre o processo de modelagem de gesto e atitude, Coelho argumenta que *a postura a que obriga o uniforme revela o trabalho individual do corpo e simultaneamente a aquisição de princípios de rigor e de sentimento coletivo* (Coelho, 2009: 14).

³³ Conforme publicação do Séc. XVIII, o soldado deveria mostrar-se *amável pela limpeza da sua farda, camisa e gravata lavadas, chapéu empilhado, barba feita, cabelos penteados, sapatos engraxados* (Coelho, 1740: 17, Apud Bebiano, 2004: 147).

limpeza dos Soldados, para que andem lavados, e penteados todos os dias; porque o homem aseado mostra, que cuida honradamente de si, do mesmo modo eles não devem trazer as barbas muito crescidas, principalmente nas occasioens dos actos de mostra, em que devem apparecer com assejo, e com boa compostura (Apud Oliveira, 2016: 417).

Em 1779, o Tenente-coronel da Praça de Moçambique, Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos, responsável por reorganizar e disciplinar o regimento da capitania de acordo com as orientações do Conde de Lippe, escreveu como deveria ser o ritual diário a ser executado dentro das instalações militares situadas na África Oriental Portuguesa: *Todos os dias ao toque da alvorada, os oficiais e oficiais inferiores, que estiverem comandando as suas companhias, farão alevantar os seus soldados, e faze-los vestir, lavar, levantar as camas e arrumá-las, pentear os cabelos [...]*³⁴. Nesse sentido, a referência ao pente e aos cuidados com o cabelo indicam que todos os pormenores eram considerados nesse processo de transformar indivíduos em soldados na capitania de Moçambique e Rios de Sena. António Manoel de Melo e Castro, o governador-geral que em 1786 escreveu sobre as fardas rotas e esfarrapadas, também solicitou o envio de pentes para a capitania de Moçambique e Rios de Sena.³⁵ Assim, pelas questões discutidas nos parágrafos anteriores, talvez pudéssemos concluir que devidamente fardados e zelosos com a higiene e asseio, tecnicamente esses indivíduos teriam condições, em termos materiais, de desenvolver suas obrigações militares. Esses oficiais e soldados estariam aptos, *prontos para montar guarda*,³⁶ poderiam apresentar-se, *aparecer*,³⁷ e assim, colocar em prática o que dizia a *Instrução* de 1761, *garantir a segurança contra os de fora e a tranquilidade pública* dos habitantes da capitania de Moçambique e Rios de Sena.

2. Equipamentos, armas e munições

Um capítulo importante da vida militar dizia respeito às armas, munições e demais equipamentos. Queixas sobre a falta e a precariedade desses elementos proliferavam na documentação administrativa. A seguir, destacamos alguns documentos com essas reclamações encaminhadas internamente à capitania. Ou seja, paralelamente à correspondência enviada ao reino, havia também cartas de autoridades locais instaladas na África Oriental endereçadas ao governador-geral, tratando das necessidades materiais dos militares sob suas responsabilidades. Em certo sentido, temos uma espécie de cadeia de reclamações e queixas, iniciadas nessas autoridades locais (situadas em diferentes pontos da capitania), depois dirigidas ao governador-geral e, por fim, conduzidas à Coroa.³⁸

No início da década de 1790, nesse processo de queixas internas, o governador de Inhambane³⁹, António José de Vasconcelos e Sá, escreveu para o governador-geral dando alguns

³⁴ AHU, Moçambique, cx. 34, doc. 38. *Carta do Tenente-Coronel Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos, sobre os aspectos militares, s/d [1779]*.

³⁵ AHU, Moçambique, cx. 52, doc. 08. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena Antonio Manuel de Melo e Castro para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro, de 14 de agosto de 1786*.

³⁶ AHU, Moçambique, cx. 52, doc. 08. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena Antonio Manuel de Melo e Castro para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro, de 14 de agosto de 1786*.

³⁷ O capitão-mor de Inhambane escreveu que, *por não ter o que vestir por falta de fardamento*, a infantaria estava incapaz de *aparecer*. AHU, Moçambique, cx. 23, doc. 41. *Carta do capitão-mor de Inhambane António Correia Monteiro de Matos para o governador e capitão-general de Moçambique*, de 11 de Maio de 1763.

³⁸ Segundo Fátima Gouvêa, em relação à administração do Império português, havia uma *cadeia de poder e de redes de hierarquia que se estendiam desde o reino, dinamizando ainda mais a progressiva ampliação dos interesses metropolitanos, ao mesmo tempo em que estabelecia vínculos estratégicos com os vassallos no ultramar* (Gouvêa, 2001: 288).

³⁹ Segundo Malyn Newitt, foi na década de 1720 que Portugal instituiu um assentamento de caráter permanente em Inhambane, situado em uma região litorânea, abaixo de Sofala. Ainda segundo o autor, era uma localidade estratégica para a constituição do monopólio comercial português, na medida em que era ponto de escoamento de produtos vindos do interior e tinha um porto (Newitt, 1997: 153).

relatos sobre as dificuldades enfrentadas pelos militares que atuavam naquele território, especialmente a falta de *munições e efeitos de guerra*, e a informação de que os poucos itens que existiam eram considerados *desnecessários por estarem totalmente incapazes*. Vasconcelos e Sá explicou que, se fosse *preciso para a decisão de alguma guerra*, os armamentos existentes, *não mais de 40 armas*, não seriam suficientes para *dar fogo em um conflito*. Inhambane também se encontrava desprovida de fardas, fato que o governador subalterno informava ao seu superior.⁴⁰

Em ofício de 1791 também remetido para a capital, o governador de Inhambane voltou a reclamar, abordando sobre a falta de *panos para as fardas* e detalhando mais alguns pontos sobre os armamentos. Antônio José de Vasconcelos e Sá escreveu que muitas das armas necessitavam de reparos e que ele tinha notícias de existir, na ilha de Moçambique, um soldado da Companhia de Artilharia, que seria capaz de fazer esses consertos e solicitava a sua vinda para *fazer os ditos [reparos] que são bem precisos para a defesa de algum insulto que queiram praticar os cafres deste sertão*. Por fim, pedia o envio de *algumas patronas e boldrires*, porque as que existiam em Inhambane não eram capazes de funcionar.⁴¹

Para entendemos qual o contingente de militares da tropa regular que precisaria ser socorrido em Inhambane, o mapa do ano de 1796 nos dá, aproximadamente, uma ideia do número de homens que necessitavam de armas e fardas naquela década. De acordo com esse documento, na Infantaria existiam três oficiais superiores, quatro oficiais inferiores e 31 soldados, totalizando 38 pessoas. Já no Corpo de Artilharia, foram contabilizados três oficiais e oito soldados, totalizando onze indivíduos.⁴²

Pela documentação pode-se inferir que a precariedade material vivida pelas forças militares instaladas em Inhambane não era recente. Em carta de 1763, o capitão-mor da época indicava que os problemas enfrentados naquele território eram variados. Ele dizia que a Infantaria estava *incapacitada de aparecer, por não ter que o vestir por falta de fardamento*. A fortificação existente precisava de reparos pois encontrava-se *podre e incapaz*. Ele chamava atenção para a situação dos baluartes, que *indicavam princípio de ruína* e colocavam em risco *qualquer soldado que estivesse nela de sentinela*. Por esta razão, o capitão-mor informou ao governador-geral que havia mandado desmanchar e fazer uma nova construção, necessitando assim de recursos para pagar as despesas feitas.⁴³ Essas duas correspondências (de 1791 e de 1763) indicam que as dificuldades experimentadas pelos militares em Inhambane poderiam atravessar décadas.

Assim como as fardas eram importantes no processo de constituição do soldado, o emprego de determinadas armas também colaborava com o mecanismo de identificação e de reforço de hierarquias internas ao corpo das forças militares. Era o caso, no decorrer do século XVIII, do uso dos *espontões* pelos oficiais superiores, ou aqueles pertencentes ao Estado Maior (Tenente-Coronel, Major, Capitão, Tenente, Alferes), e das *alabardas* pelos sargentos (uma forma geral de fazer referência aos indivíduos integrantes do grupo dos oficiais inferiores, constituídos pelos sargentos, furriéis e cabos) (Oliveira, 2016: 14).

⁴⁰ AHU, Moçambique, cx. 62, doc. 46. *Carta do governador de Inhambane Antônio José de Vasconcelos e Sá para o Governador-geral de Moçambique Antônio Manuel de Melo e Castro*, de 30 de Junho de 1791.

⁴¹ AHU, Moçambique, cx. 62, doc. 51. *Carta do governador de Inhambane Antônio José de Vasconcelos e Sá para o Governador-geral de Moçambique Antônio Manuel de Melo e Castro*, de 1 de Julho de 1791.

No século XVIII, a patrona foi descrita como *cartucheira*, em que os soldados levam a pólvora encartuchada; vai num cinto diante da cintura, ou a *tiracolo* (Silva, 1789, vol 2: 412) e o boldrié como uma *cinta de couro*, com uma peça de que se suspende a espada (Silva, 1789, vol 1: 288).

⁴² AHU, Moçambique, cx. 73, doc. 9. *Mapa da tropa que garante o Presídio da Capitania de Inhambane, de que é capitão Luis José da Costa Pereira*, 1 de agosto de 1796.

⁴³ AHU, Moçambique, cx. 23, doc. 41. *Carta do Capitão-mor de Inhambane Antônio Correia Monteiro de Matos para o Governador-geral de Moçambique*, de 11 de Maio de 1763.

Tanto os espontões quanto as alabardas eram armas de haste que estavam em uso no século XVIII e no início do século XIX. A primeira delas também era chamada de meia-lança (*spontonn* ou *half pike*), era uma *lança curta com cruzeta que resultou da evolução do pique*. Já a alabarda, que era para os sargentos, também era conhecida como sargentina (*sergeant's halberd*), feita de uma lâmina leve e simbólica, mas com ponta geralmente funcional, como a do espontão (Costa, 2015: 23 e 57).⁴⁴

O armamento e as insígnias também eram um sinal exterior para a construção do processo de pertencimento, de diferenciação entre os militares e os paisanos. Porém, ao mesmo tempo que esses elementos buscavam criar um espírito de corpo e de coletividade, eles igualmente corroboravam o caráter hierárquico da instituição, reforçando os diferentes níveis de comando e de obediência. Nesse sentido, compreende-se o detalhamento de um pedido de armamento para a tropa da ilha de Moçambique, feito no ano de 1764, no qual constava a necessidade de *12 espontões para oficiais e 24 alabardas para sargentos*.⁴⁵

Em relação às armas, munições e acessórios, além das quantidades, outros dois pontos também eram considerados importantes e exigiam a atenção dos oficiais superiores e dos governadores da capitania de Moçambique e Rios de Sena. Eles diziam respeito às estruturas necessárias para a guarda e a manutenção desses equipamentos.

Pedro Saldanha de Albuquerque, em carta de 1758, escreveu que naquela data o Armazém da Pólvora instalado na ilha de Moçambique encontrava-se reformado por iniciativa do seu antecessor. Era uma obra que considerou *utilíssima*, visto o anterior armazém ter *cobertura de palha*,⁴⁶ o que poderia provocar umidade e tornar a pólvora imprestável.

A pólvora, basicamente composta pela mistura de enxofre, salitre e carvão, era armazenada e transportada em barris. De acordo com a bibliografia sobre a tema, a *pólvora começou a ser usada para fins bélicos no ocidente a partir do século XIV, mas sua importância real só se firmou mais tarde, no século XVI*. Em um período de conquista e ocupação das novas terras pelos europeus, a pólvora ganhou cada vez mais relevância (Piva et al., 2008: 390). Assim, ocupando um lugar de destaque na vida militar, os conhecimentos sobre a pólvora foram objeto de reflexões.

Jose Fernandes Pinto Alpoim, engenheiro militar, professor da Aula do Terço de Artilharia no Rio de Janeiro, escreveu dois importantes trabalhos na primeira metade do século XVIII (*Exame de Artilheiros*, publicado em Lisboa em 1744, e o *Exame de Bombeiros*, publicado em Madrid no ano de 1748), que, entre outros temas, tratavam sobre o fabrico e uso da pólvora. Teresa Piva e Carlos Filgueiras, ao estudarem as contribuições deste engenheiro militar, sistematizam qual era a compreensão da época no que dizia respeito aos fatores climáticos que interferiam no processo de deterioração da pólvora:

Alpoim acautela o leitor a respeito de dois inimigos da pólvora, o excesso de umidade e seu oposto, a secura extrema. No primeiro caso, se a pólvora for armazenada em local úmido, o carvão absorve a umidade e com isso o salitre se dissolve, fazendo com que se rompa a unidade dos dois com o enxofre, originando então o que ele denomina um tártaro viscoso. Por outro lado, se a pólvora for armazenada por muito tempo em local muito seco ou ao ar livre, o carvão acaba por desprender-se da composição, separando-se como um pó fino, tornando a pólvora menos ativa (Piva et al., 2008: 934-935).

⁴⁴ Bento Gomes Coelho, na obra *Milícia pratica e manejo de infantaria*, publicada em 1740, no capítulo em que descreve a obrigação que o Sargento de infantaria tem na Companhia, indicou que a sua arma he huma alabarda, e lhe serve esta de insignia, que continuamente a deve trazer de dia e de noite (Apud Oliveira, 2016: 446).

⁴⁵ AHU, Moçambique, cx. 24, doc. 64. Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena João Pereira da Silva Barba para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 13 de Agosto de 1764.

⁴⁶ AHU, Moçambique, cx. 15, doc. 63. Carta do governador e capitão general de Moçambique Pedro Saldanha de Albuquerque ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Tomás Joaquim da Costa Corte Real, de 30 de dezembro de 1758.

O fato do Armazém de Pólvora da ilha de Moçambique não estar mais com uma cobertura de palha era importante para a conservação dos materiais. Todavia, isso não impediu que outras queixas quanto à umidade da pólvora aparecessem na documentação.⁴⁷ Os fatores ambientais e climáticos também interferiam em outros equipamentos bélicos, como as armas. Em 1779, o Tenente-coronel da Praça de Moçambique, Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos, informava ao reino que as armas se encontravam *cheias de ferrugem e quebradas*.⁴⁸ Possivelmente, o processo de oxidação era decorrente do acondicionamento das armas, e demais equipamentos, em locais inapropriados.

Por causa desta situação geral, na correspondência enviada para o reino, assim como aquela que circulava internamente da capitania, também observamos a constante necessidade de ferramentas para recuperar armas, munições e acessórios, e de mão-de-obra adequada para fazer tais consertos. O próprio Tenente-coronel Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos, quando escreveu pedindo mais *petrechos de guerra*, também solicitava *instrumentos de serralheria e carpintaria*.⁴⁹ Uma década antes, o governador-geral Baltazar Pereira do Lago destacou que eram necessários recrutas para a Praça de Moçambique com diferentes habilidades, *fosse pedreiro e carpinteiro, serralheiro, ferreiro, fabricantes de telha e tijolo, cabouqueiros*⁵⁰, *ourives, e mais oficiais mecânicos*,⁵¹ mesmo que tivessem sido sentenciados a degredo. Na década de 1780, a guarnição de Inhambane manifesta-se pesarosa, por causa da enfermidade de *Manuel serralheiro*, descrito como um *oficial tão necessário e indispensável naquela Praça para o conserto das armas*.⁵²

O que se depreende destas indicações é que eram necessários instrumentos e mão-de-obra apropriados para a conservação e reparos dos equipamentos existentes na capitania de Moçambique e Rios de Sena. Sérgio A. Veludo Coelho em um estudo sobre os Arsenais Reais de Lisboa e do Porto, responsáveis por enviar os materiais para o dia a dia das tropas (uniformes, armas e qualquer outro tipo de equipamento militar), identificou que, em 1802, entre as 18 oficinas existentes no Arsenal Real do Exército, estavam aquelas integradas por espingardeiros, ferreiros, serralheiros e carpinteiros, sendo a maior parte delas dedicadas à fabricação de armas e acabamentos de artilharia (Coelho, 2009: 416). Nesse sentido, podemos compreender porque aquela *qualidade de homens era extremamente necessária*⁵³ para a África Oriental.

3. Alimentação e condições de saúde

Outros dois aspetos da vida dos oficiais e dos soldados da capitania de Moçambique e Rios de Sena, diz respeito à alimentação e condições de saúde, temas bastante interligados.

Em agosto de 1756, o governador-geral Francisco de Melo de Castro escreveu para o reino tratando de vários assuntos. Sobre a vida militar, começou queixando-se do limitado número de soldados. Para ele, parte daquela situação devia-se à dificuldade de recrutamento de homens. O governador considerava também que o cotidiano daqueles indivíduos não era fácil, pois experimentavam *faltas de comer e de vestir* e que *a fome era o maior*

⁴⁷ AHU, Moçambique, cx. 32, doc. 91. *Carta do tenente-coronel Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos, sobre os aspectos militares*, de 26 de Agosto de 1779.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Cabouqueiros: *que abre caboucos; cavador, individuo que trabalha em minas ou pedreiras* (Silva, 1789, vol. 1: 367).

⁵¹ AHU, Moçambique, cx. 29, doc. 55. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena Baltazar Pereira do Lago para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos*, de 12 de Agosto de 1769.

⁵² AHU, Moçambique, cx. 56, doc. 70. *Representação dos oficiais, oficiais inferiores e soldados da Guarnição da Praça de Inhambane para o Governador-geral*, [ant. de 22 de Dezembro de 1788].

⁵³ AHU, Moçambique, cx. 29, doc. 55. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena Baltazar Pereira do Lago para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos*, de 12 de Agosto de 1769.

verdugo que tinham os pobres soldados. Para tentar sanar essa situação, o governador pedia que o Rei, *por sua real grandeza e piedade*, aumentasse o soldo dos militares, pensando na *conservação e asseio pessoal* destes.⁵⁴

Dois anos depois, outro governador-geral nos deu pistas sobre as carências alimentares dos habitantes da ilha de Moçambique, independentemente de serem militares ou paisanos. Pedro Saldanha de Albuquerque escreveu sobre a *esterilidade* da ilha. Dizia que, em termos de subsistência, era preciso a vinda de *socorro de tudo*. O que remediava um pouco a situação era a entrada de produtos como *arroz, legumes, vacas, cabras, cocos e outros víveres*, que chegavam anualmente por algumas embarcações.⁵⁵

O termo *esterilidade* também foi empregado pelo governador-geral Baltazar Pereira do Lago, no ano de 1773. Em um episódio conturbado, de ancoragem de uma embarcação que estava a caminho de Goa, com 13 soldados mortos e mais 120 soldados doentes que precisavam ser socorridos, o governador se irritou com o comandante do navio que não entendia a situação de precariedade em que se encontrava a ilha de Moçambique. Pereira do Lago escreveu que vivia *na condição de 5 anos de esterilidade e de não ter uma galinha para o próprio alimento em necessária dieta*, não sendo possível acudir tantos doentes trazidos pela nau Claridade. O governador utilizou da ironia para relatar o episódio para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, escrevendo que, para obter as galinhas para alimentar os integrantes da embarcação, precisaria que *lhas fizesse chover do céu, como as codornizes aos Israelitas*,⁵⁶ referindo-se a episódio do Antigo Testamento. Sarcasmos à parte, este acontecimento indica algumas dificuldades que a população enfrentava na capitania de Moçambique e Rios de Sena, na segunda metade do século XVIII. Nos exemplos apresentados anteriormente, a ideia de *esterilidade* apontada pelos diferentes governadores delineava um quadro de pobreza e de escassez de alimentos. Acima de tudo, ponderemos o impacto que causava a chegada de embarcações na ilha de Moçambique, com o desembarque de homens que precisavam de alimento e de água, e muitos deles em mau estado de saúde.

Em memória escrita em 1768 por Ignácio Caetano Xavier, secretário de governo da capitania de Moçambique e Rios de Sena, encontramos um cenário alimentar relativamente variado, embora o autor não tratasse ali da quantidade disponível desses produtos. Segundo Xavier, aqueles que viviam na África Oriental tinham acesso a alguns alimentos: as frutas em geral, como *mangas, goiabas, ananases, cocos, laranjas doces e azedas, limões, jambos de Malaca, e toda fruta que há na Índia, exceto jacas, que esta terra não produz; milho e legumes, galinhas, cabras, caça, inhames, frutos agrestes e outros víveres* encontrados nas ilhas do Cabo Delgado e ilha de Moçambique; semeava-se *arroz* de Angoche até Quelimane; havia grande quantidade de *carnes e pescados* em Sofala; ele salientava o baixo preço das frutas em Inhambane, da mesma maneira que das *vacas, cabras, carneiros, galinhas e peixe*; nessa mesma localidade também era produzido óleo, utilizado para diferentes fins, como para iluminação e práticas medicinais, além de mel e cera; em Quelimane encontrava-se, além daqueles produtos achados em outros pontos, trigo e olanga, *que é farinha, como mandioca*; ali também se produzia *muita nipa (que é vinho estilado [sic] da sura dos coqueiros) dos palmares, que tem, e também vinagre da mesma sura e sumo de canas* (Xavier, 1955: 149, 151, 154, 156 e 160). Diante deste quadro tão farto de alimentos em

⁵⁴ AHU, Moçambique, cx. 12, doc. 28. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena Francisco de Melo de Castro para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos*, de 10 de Agosto de 1756.

⁵⁵ AHU, Moçambique, cx. 15, doc. 44. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena Pedro Saldanha de Albuquerque para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos*, de 27 de dezembro de 1758.

⁵⁶ AHU, Moçambique, cx. 30, doc. 93. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena Baltazar Pereira do Lago para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos*, de 20 de Agosto de 1773.

toda a capitania, o cenário de *esterilidade* da ilha de Moçambique apresentado por Pereira do Lago poderia não ser 100 % verosímil.

Porém, toda essa possível fartura de produtos pouco valeria se, por acaso, os militares tivessem dificuldades para adquirir os seus alimentos. De acordo com o Tenente-coronel da Praça de Moçambique, Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos, a dinâmica de alimentação de cada companhia instalada no quartel funcionaria da seguinte maneira: um oficial nomeava um *rancheiro* para sair e *comprar os mantimentos para o rancho*, sendo que cada soldado deveria dar *meio soldo de cada dia* para esta compra; a cada cinco dias era feita uma espécie de prestação de contas aos soldados, sobre o que foi adquirido com os seus soldos; os comandantes das companhias eram os responsáveis por esse gerenciamento e por elaborar uma lista dos alimentos a serem consumidos diariamente; por fim, havia a recomendação de que o almoço estivesse pronto as 11:30 horas e o jantar servido as 18:00 horas.⁵⁷ Nessa circunstância, em que o próprio soldado era quem subsidiava a compra dos seus alimentos, retomamos as diretrizes enviadas ao governo da capitania de Moçambique e Rios de Sena, pela *Instrução* de 1761. Como já indicamos, o governador deveria ficar atento ao pagamento dos soldos dos militares, *de que depende a subsistência das tropas*. Ainda segundo a *Instrução*, era preciso cuidar do abastecimento dos alimentos, particularmente de arroz, considerado o *pão de munição daquelas terras*.⁵⁸ Ou seja, os atrasos no pagamento dos soldos tinham implicações diretas na satisfação das necessidades fisiológicas (energéticas e nutricionais) dos militares, particularmente dos soldados.

Um dos efeitos da fome, ou também da má nutrição, era o desencadeamento de alterações no estado de saúde de um indivíduo. Nesse quesito, a documentação administrativa encontra-se repleta de queixas sobre as poucas possibilidades, sobretudo a falta de qualidade de socorro aos militares doentes. Em 1758, o cirurgião-mor José Alvares, a pedido do governador-geral, escreveu uma espécie de parecer sobre os serviços hospitalares que os religiosos da Ordem de São João de Deus prestavam aos militares internados no Real Hospital da Ilha de Moçambique.⁵⁹ Em relação à alimentação dos soldados enfermos, escreveu sobre a debilidade desta: *não consta senão de arroz, peixe, mucate, galinha e algumas vezes pão*. E ainda acrescentou que a má conservação e manipulação dos alimentos, sintetizadas pelo uso da expressão *trato pernicioso*, resultavam na morte dos indivíduos por diarreias e indigestões. O cirurgião-mor concluiu seu parecer de maneira dramática: *pois é raro o soldado vindo novo do reino que vá duas vezes ao hospital e que não venha na terra a paracer*.⁶⁰ Ainda na década de 1750, mais especificamente no ano de 1753, o governador-geral Francisco de Melo e Castro, pensando na *comodidade e conservação dos vassallos* de Sua Majestade e, particularmente no cuidado da saúde dos soldados, escreveu para o reino dando algumas informações sobre a situação geral do hospital da ilha de Moçambique. Na introdução da correspondência descreveu um pouco as instalações físicas: *a enfermaria é muito úmida, ainda na força do verão*, era escura e acomodava entre 50 até 60 doentes. Na seqüência, teceu crítica aos responsáveis por atender os enfermos, os religiosos da Ordem de São João de Deus, alegando que *a primeira coisa que falta naqueles seus filhos é a caridade, [...] porque*

⁵⁷ AHU, Moçambique, cx. 34, doc. 38. *Carta do Tenente-Coronel Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos, sobre os aspectos militares*, s/d [1779].

⁵⁸ AHU, Moçambique, cx. 19, doc. 63-A. *Cópia da Instrução dada a Calisto Rangel Pereira de Sá, que vai por governador e capitão general da Praça de Moçambique, Rios de Sena e Sofala*, de 7 de maio de 1761.

⁵⁹ De acordo com Eugénia Rodrigues, *as referências ao Real Hospital de Moçambique remontam ao início do século XVI*. Conforme suas pesquisas, *ao longo da sua história, o Real Hospital da Ilha de Moçambique passou a ser referenciado quer por Hospital de S. João de Deus, quer por Real Hospital, quer, a partir da década de 90 (séc. XVIII), por Hospital Real Militar ou Hospital Real Militar e Civil* (Rodrigues, 2011: 17-18).

⁶⁰ AHU, Moçambique, cx. 15, doc. 32. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena Pedro Saldanha de Albuquerque para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos*, de 15 de Dezembro de 1758. Ao longo do século XVIII havia uma disputa pelo poder e pelo controle dos doentes e dos recursos financeiros que envolviam a administração do hospital.

não só a comodidade aos enfermos é má, mas também a assistência, e todo aquele preparo e enxoval. Nesse misto de comentários sobre as condições materiais e o aparato humano do hospital, o governador sintetiza suas críticas comparando as camas dos enfermos à *Quitanda do Cairo*, com esteiras no chão que fazem as vezes dos colchões, e sugerindo ser o hospital um local de confusões como as feiras comerciais. Para alterar essa situação, Francisco de Melo e Castro propôs a construção de um outro hospital, que pudesse alojar de 250 a 300 doentes. Além disso, escreveu que a administração da instituição deveria correr por conta dos religiosos da Companhia de Jesus.⁶¹

A maior parte da documentação administrativa traz reclamações sobre o hospital da ilha de Moçambique, mas a situação também era complicada para os militares instalados em outras partes da capitania, como na região de Rios de Sena. Em 1780, Antonio José de Oliveira, o cirurgião-mor responsável pela Guarnição da tropa regular instalada na vila de Tete, informou que na fortaleza situada naquela vila, ou em outra *casa própria*, não havia condições adequadas para o tratamento dos enfermos. Uma sala utilizada como enfermaria foi apresentada como parecendo mais um *horroroso cárcere para castigos dos facinorosos réus, do que lugar próprio para alívio e curativo de doentes soldados que servem à Sua Majestade*.⁶² Podemos considerar que as escolhas das palavras para a descrição do espaço tiveram por objetivo causar algum tipo de impacto e chamar atenção para as necessidades enfrentadas pelos militares. Da mesma forma, nota-se o emprego de um argumento que procurava sensibilizar seus superiores. O cirurgião-mor não deixa de informar que se tratavam de indivíduos que estavam naquela situação a serviço da Coroa.

Um outro exemplo desse tipo de dificuldades em outras regiões da capitania de Moçambique e Rios de Sena vem de Inhambane. Na década de 1780, uma representação dos oficiais superiores, oficiais inferiores e soldados da Praça de Inhambane apresentava ao governador-geral o pedido de uma licença para buscarem tratamento no hospital da ilha, em razão da *total falta que experimentam no preciso e pronto curativo quando se acham enfermos*. Eles explicavam que, por *pura necessidade*, às vezes recorriam aos *ervellarios*⁶³ na tentativa de buscar algum tipo de auxílio. Nesse documento também constava uma acusação de que os *remédios da botica* dirigidos a Inhambane eram indevidamente utilizados por outros indivíduos não militares, sendo distribuídos para *particulares e apaixonados amigos e escravos de quem governa*.⁶⁴

Na relação entre alimentação e saúde também é relevante observar a construção de representações europeias que desqualificavam a cultura alimentar local. Luís Vicente de Simoni, um médico italiano que atuou como físico-mor em Moçambique entre os anos de 1819 e 1821, escreveu o *Tratado Médico sobre Clima e Enfermidades de Moçambique* (1821), embaçado na sua experiência na ilha e sobretudo no tratamento de militares e tripulantes das embarcações que ali estacionavam.⁶⁵

Eugénia Rodrigues, ao realizar um estudo sobre esse médico, explica que Simoni procurou compreender o contexto social das doenças e da sua cura e, para isso, *preocupou-se com os comportamentos e as condições de vida, incluindo a habitação, o vestuário, a higiene pessoal, a limpeza doméstica e a nutrição*. Concentrando-se na alimentação da população, ele exa-

⁶¹ AHU, Moçambique, cx. 9, doc. 4. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena Francisco de Melo e Castro para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos*, de 20 de Dezembro de 1753.

⁶² AHU, Moçambique, cx. 33, doc. 91. *Representação do cirurgião-mor de Tete Antonio José de Oliveira para o comandante*, de 8 de Junho de 1780.

⁶³ De acordo com Eugénia Rodrigues, esses *ervanários* eram os *adivinhos e curandeiros africanos, comumente chamados 'ngangas', independentemente da sua especialização* (Rodrigues, 2009: 249).

⁶⁴ AHU, Moçambique, cx. 56, doc. 70. *Representação dos Oficiais, Oficiais Inferiores e Soldados da Guarnição da Praça de Inhambane para o Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena*, [ant. 22 de Dezembro de 1788].

⁶⁵ BNB, Sessão de Manuscritos – *Tratado Médico sobre Clima e Enfermidades de Moçambique*, por Luís Vicente de Simoni, 1821, cód. I-47, 23, 17.

minou os produtos consumidos naquele território e apontou os seus malefícios e benefícios para a saúde dos habitantes (Rodrigues, 2006: 621).

Um dos alimentos citados pelo médico italiano do século XIX foi justamente o *mucate*, referido pelo cirurgião-mor José Alvares como um dos alimentos disponíveis aos soldados doentes em 1758. De acordo com Rodrigues, *mucate* era a forma aportuguesada do macua *mukhate*, pão, alimento feito de farinha amassada e cozida. Simoni explica que, embora o termo *mucate* designasse qualquer tipo de pão para os macua, em Moçambique ele se referia apenas os pães que eram feitos de milho miúdo. Conforme Rodrigues, o médico italiano

avaliava o milho fino como um alimento de difícil digestão e recriminava particularmente o consumo dos duros mucates. Encarando-os como o alimento causador de maiores danos em Moçambique, porque, além de naturalmente indigestos, eram ordinariamente mal cozidos, imputava-lhes as recaídas da maior parte dos enfermos saídos do hospital com uma dieta ligeira (Rodrigues, 2006: 634).

Muitas das observações de Luís Vicente de Simoni, e nesse caso podemos estender também para os argumentos dos administradores portugueses que atuavam na capitania de Moçambique e Rios de Sena, enfatizam a *superioridade da alimentação europeia e depreciam as práticas nutricionais locais* (Rodrigues, 2006: 636). Assim, em relação ao *mucate*, por exemplo, devemos relativizar as afirmações de que não contribuía para a saúde dos indivíduos que o consumiam.

Em documento datado de outubro de 1765, podemos ter uma indicação mais precisa do que seria a dieta alimentar dos pacientes do hospital da ilha de Moçambique naquela ocasião. Ela podia variar em *galinha e pão*, *galinha e arroz*, *galinha temperada*, *peixe temperado e pão*, *atola*⁶⁶, *peixe frito e pão*, oferecidos na principal refeição. No jantar, alguns pratos poderiam ser repetidos, como *galinha e pão*, *peixe temperado e pão*, *peixe frito e pão*. Entretanto, outras opções também eram acrescentadas à refeição noturna, como a *atola de galinha* e a *açorda*.⁶⁷ Eugénia Rodrigues, em estudo sobre o discurso médico e as práticas alimentares no Hospital Real de Moçambique, explica que a partir do oitocentos procurou-se aproximar a dieta dos pacientes de Moçambique àquelas dos hospitais europeus, sobretudo quanto ao modo de confecção dos alimentos. Porém, salienta que a escolha dos produtos era fortemente condicionada pela oferta do mercado local, levando à substituição de alguns itens, como a galinha pelo peixe (Rodrigues, 2014: 619). Nesse sentido, diante da importância de alguns alimentos para a dieta dos enfermos e, paralelamente, da possível escassez destes produtos no território moçambicano, como o caso das aves, se compreende porque em 1773 o governador-geral Baltazar Pereira do Lago ficou tão irritado e usou do artifício do deboche para dizer que teria que fazer *chover do céu* galinhas para alimentar os soldados doentes chegados à ilha de Moçambique.

Considerações finais

Buscamos apresentar alguns elementos integrantes da vida militar (fardas, armamentos e equipamentos, condições de alimentação e saúde) dos indivíduos instalados na capitania de Moçambique e Rios de Sena, no decorrer da segunda metade do século XVIII. A grande quantidade de reclamações e lamentações existentes na documentação revelou, em um primeiro plano, um quadro de precariedade. Como foi discutido, as preocupações com esses

⁶⁶ Atola era um prato feito de arroz e vegetais, levemente temperado. Por vezes era completado com frango ou peixe. Ver Rodrigues, 2014: 616.

⁶⁷ AHU, Moçambique, cx. 25, doc. 84. *Relação das refeições oferecidas no Hospital de Moçambique*, de 24 de outubro de 1765.

aspectos materiais do cotidiano militar vieram de diferentes instâncias e localidades do território que compunha a capitania.

Esse conjunto de queixas também permitiu a construção de uma interpretação dos significados que estes aspectos materiais tinham para constituição de um corpo militar. Assim, procuramos apontar como a confluência de alguns elementos, tais como as fardas e as armas, e o uso de maneira disciplinada delas, poderiam transformar indivíduos em militares, homens que tinham um papel a ser desempenhado na engrenagem administrativa do Império Português.

A documentação também tornou possível perceber que, de certa forma, os aspectos materiais e o cotidiano desses militares foram condicionados pelas particularidades existentes na África Oriental Portuguesa, como as escolhas de tecido para as fardas (em razão da temperatura e do preço dos panos), a manutenção de armas e pólvora (condições climáticas para acondicionamento e a existência de mão-de-obra capaz de arrumá-las), a possibilidade de abastecimento de víveres para os soldados (estivessem eles no quartel ou no hospital) etc.

Por fim, abordar a temática da vida material das forças militares de uma capitania no contexto do Império Português é estar diante de um quadro complexo. Um cenário constituído por múltiplos elementos, como as diretrizes de organização e administração emanadas do centro do poder (Coroa portuguesa) e o acolhimento e as possibilidades de execução destas ordens por parte das autoridades locais.

Documentação manuscrita

Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal (AHU)

Biblioteca Nacional do Brasil, Brasil (BNB)

Referências bibliográficas

- Alvará sobre a nova forma dos fardamentos do Exército, de 24 de Março de 1764. In: *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reais, Tomo V* (1789). Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, pp. 317-324.
- Bebiano, R. (2004), A arte da guerra: estratégia e tática. In: Hespanha, António Manuel (coord.), *Nova História Militar de Portugal*. Vol. II – séculos XVI-XVII. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Coelho, Sérgio Alexandre Soldá da Silva Veludo (2009), *Os arsenais reais de Lisboa e Porto: 1800-1814*. Tese de doutorado em História (Universidade Portucalense Infante D. Henrique). Porto.
- Costa, Antonio Luiz M. C. (2015), *Armas Brancas – Lanças, espadas, maças, flechas: como lutar sem pólvora da pré-história ao século XXI*. São Paulo: Draco.
- Costa, Manuela Pinto da (2004), *Glossário de termos têxteis e afins, Revista Ciências e Técnicas do Patrimônio*, vol. 3, pp. 137-161.
- Gouvêa, M. F. (2001), Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: Fragoso, João, Bicalho, Maria Fernanda, Gouvêa, Maria de Fátima (orgs.), *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 285-315.
- Morais, Alexandre (1991), *A moda e o traje militar no século XVII, Atas do II Colóquio de História Militar: Panorama e perspectivas atuais da História Militar em Portugal*, vol. 2, pp. 169-174.
- Newitt, Malyn (1997), *História de Moçambique*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

- Oliveira, Carlos Manuel B. M. B (2016), *Os Sargentos nas Forças Militares Portuguesas: do cotidiano nos quartéis à luta política*. Tese (Doutorado em História). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Piva, Teresa C. C e Filgueiras, Carlos A. L. (2008), *O fabrico e uso da pólvora no Brasil Colonial: o papel de Alpoim na primeira metade do século XVIII*, *Revista Quim*, no. 4, pp. 930-936.
- Rodrigues, Eugénia (2006), *Alimentação, saúde e império: o físico-mor Luís Vicente de Simoni e a nutrição dos moçambicanos*, *Arquipélago-história*, vol. 9-10, pp. 621-660.
- Rodrigues, Eugénia (2009), *'Uma celebrada negra, que se chamava Joana'. Rituais africanos e elite colonial em Quelimane no século XVIII*, *Povos e Culturas: Tradições Populares*, no. 11, pp. 231-254.
- Rodrigues, Eugénia (2011), *Moçambique e o Índico: a circulação de saberes e práticas de cura. Métiis: História & Cultura*, vol. 10, pp. 15-41.
- Rodrigues, Eugénia (2014), *Discurso médico e práticas alimentares no Hospital Real de Moçambique no início do século XIX*, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 21, pp. 609-627.
- Silva, Antonio de Moraes (1789), *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Typographia Lacerdiana, 2 v.
- Xavier, Ignácio Caetano (1955), *Notícias dos domínios portugueses na Costa da África Oriental, de 1768*. In: Andrade, António Alberto Banha de (org.), *Relações de Moçambique Setecentista*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, pp. 139-188.